

Subcomissão põe depósitos do governador sob suspeita

A Subcomissão de Bancos da CPI reuniu ontem dados a respeito da movimentação das contas do governador Joaquim Roriz, cruzando-as com outras. Duas delas chamaram sua atenção, as de Vanderlan Dias Soares e de Valdevino Vieira Pinheiro. Da conta de Pinheiro, por exemplo, foram feitos pagamentos a funcionários do Governo do Distrito Federal e a sete deputados distritais, Maurílio Silva, Manoel de Andrade, Rose Mary Miranda, Gilson Araújo, Salviano Guimarães, Peniel Pacheco e José Edmar Cordeiro.

Na conta de Vanderlan Dias Soares não consta CPF nem endereço, o que faz os membros da subcomissão suspeitarem de que se trata de um fantasma. Entretanto, em novembro de 1990 sua conta recebeu depósitos no valor de 731 mil dólares e, a 16 desse mesmo mês, dela saíram 189 mil dólares para a conta pessoal de Roriz e outras quantias para jornalistas e funcionários do Governo do Distrito Federal.

Sobre Pinheiro não há dúvidas a respeito da identidade. Ele é o administrador da fazenda de Roriz e, nessa condição, tem autoridade para fazer negócios em nome do governador. O próprio Roriz confirmou que lhe remete recursos para comprar gado, por exemplo, e dele recebe o produto da venda de produtos agropecuários.

Entretanto, a CPI constatou

que a 19 de março de 1992 Pinheiro não apenas depositou 109 mil dólares na conta do governador — que reconheceu o fato e o explicou como devolução do dinheiro dado para uma compra de gado que acabou não se efetivando — mas também fez depósitos nas contas dos sete deputados distritais. Todos esses depósitos tinham o mesmo valor, 7.400 dólares.

O governador Roriz não confirmou essas operações. Lembrou apenas que tinha emprestado, pessoalmente, recursos a alguns deputados. Todos eles, segundo Roriz, pagaram os empréstimos.

Um dos parlamentares citados, José Edmar (PFL), afirmou ontem que efetivamente constatou que fora feito esse depósito. Ignorando a origem dos recursos — assegurou Edmar, que está na Bolívia — preferiu devolvê-los. Mais tarde teria fechado a conta.

O relator Roberto Magalhães confirmou ter recebido informações relativas à movimentação bancária de Roriz, como dos governadores mencionados no início das investigações. Entretanto, o relator não vai pedir nenhum tipo de punição para os três governadores investigados pela comissão — Joaquim Roriz (Distrito Federal), João Alves (Sergipe) e Edson Lobão (Maranhão). “Essa providência caberá ao Ministério Público”, informou.